

**A INSERÇÃO DO BRASIL NA FINANCEIRIZAÇÃO CAPITALISTA
E AS ARTICULAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO:
OS SETORES BANCÁRIO E INDUSTRIAL**

*THE INSERTION OF BRAZIL IN THE CAPITALIST FINANCIALIZATION AND
THE IMPACTS OF INTEGRATION ON THE LABOR WORLD ON THE LABOR WORLD:
THE BANKING AND INDUSTRIAL EMPLOYEE*

Erika Batista¹

Livia de Cássia Godoi Moraes²

RESUMO: O artigo versa sobre a inserção do Brasil no processo convencionalmente denominado financeirização capitalista e sobre os impactos desta inserção sobre o mundo do trabalho. Tendo por pressuposto que a esfera financeira não se autonomiza inteiramente da esfera produtiva, esta interrelação tem por consequência uma série de implicações sobre o mundo do trabalho, tais como flexibilização dos contratos de trabalho e intensificação do trabalho precarizado. Para tanto, registramos mais especificamente os impactos da financeirização nos setores bancário e industrial brasileiros e as respectivas articulações entre tais setores.

PALAVRAS-CHAVE: Financeirização capitalista. Reestruturação produtiva. Mundo do trabalho.

ABSTRACT: The article deals with the insertion of Brazil in the conventionally known financialization capitalist and on the impacts of integration on the labor world. Taking for granted that the financial sphere is not fully independent of the productive sphere, this relationship has as consequence many implications on the labor world, such as flexibility of work contracts and intensification of precarious work. To explain that, we remark more specifically the brazilian banking and corporate financial restructuring, and the articulations between them.

Keywords: Financialization capitalist. Production restructuring. Labor world.

INTRODUÇÃO

Sem a pretensão de esgotar a discussão, o objetivo deste artigo é explicitar de que forma as transformações assumidas pelo modo de produção capitalista na contemporaneidade – o processo de financeirização – tem implicado em inúmeras contradições para os trabalhadores.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais, UNESP-Marília.

² Doutoranda em Sociologia, Unicamp.

O processo de financeirização já ocorre há séculos³, entretanto, nunca esta forma fora antes predominante. Na atualidade, a acumulação capitalista apoiada na esfera produtiva⁴ já não responde sozinha aos anseios dos mercados capitalistas, e a alternativa mais eficiente, cuja forma fetichizada é a que dinheiro produz dinheiro, é o investimento na esfera financeira.

Para demonstrar este movimento histórico do avanço da financeirização capitalista, a maneira como o Brasil se insere neste processo e os impactos sobre o mundo do trabalho, optou-se por esclarecer o que é a financeirização capitalista, quais as contradições presentes neste processo, e quais os rumos da política em torno de seu desenvolvimento. Em seguida, o artigo ocupou-se das motivações para a introdução do Brasil no sistema financeiro internacional, avançando para a análise de como esta inserção articula os setores bancários e industrial de forma trágica para o cotidiano do trabalho.

Também foi tarefa deste trabalho indicar considerações que podem contribuir para a construção de um caminho alternativo para os trabalhadores, tomando como referência a potencialidade histórica da atuação desta classe no processo de transformação radical do modo de produção capitalista.

A FINANCEIRIZAÇÃO CAPITALISTA E SUA LÓGICA

A migração do capital da esfera produtiva para a esfera financeira vem sendo cada vez mais empregada como fonte de acumulação. Por acumulação financeira, entende-se “a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros [...] mantendo-os fora da produção de bens e serviços” (CHESNAIS, 2005, p.37). Este processo também recebe outras denominações, tais como: “financeirização da economia”, “globalização financeira”, “mundialização financeira” e “regime da acumulação financeira”, de modo que para efeito deste trabalho o convencionaremos de financeirização capitalista.

Entretanto, só é possível “investir” a partir do excedente de capital real, da mais-valia expropriada do trabalhador no ato da produção, o que confirma a incontrolabilidade e anarquia da expansão capitalista que não é capaz de regular seus próprios mecanismos de acumulação, produzindo a impressão de autovalorização do capital dinheiro e o fetiche de uma *fantástica fábrica de dinheiro*. (BATISTA, 2007, p. 207) Mesmo que a valorização do capital tenha origem direta na esfera da produção, no processo do capital produtor de juros, esta valorização aparece como se fosse produzida pelo capital-dinheiro, independentemente do processo produtivo, ou seja, sem a mediação do trabalho, fetichizando as relações de produção e, conseqüentemente, as relações sociais do mundo do trabalho.

O capital em sua marcha completa é unidade de processo de produção e de circulação, proporcionando por isso determinada mais-valia em período dado. Na forma do capital

³ No processo de acumulação primitiva de capital, especialmente com as grandes navegações, por exemplo, já há registros de sistemas primários de crédito e compra de títulos dos governos monárquicos.

⁴ Sempre tendo por suposto que a fase da produção e a fase da circulação se interrelacionam. A interrelação entre a esfera produtiva e financeira deve ser apreendida num contexto de totalidade das relações sociais de produção a fim de que suas singularidades sejam identificadas na sua relação com as categorias particulares e universais. Utiliza-se a relação de “momento predominante no âmbito de interações complexas”, como desenvolvido por Lukács (1979), ou seja, a prioridade da categoria universal da produção material em interação com momentos predominantes particulares de consumo, distribuição e circulação.

produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem a intervenção dos processos de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora de juro, aumentando a si mesmo. [...] A relação social reduz-se à relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. (MARX, 1984, p. 293-294)

O conceito de capital financeiro elaborado por Hilferding consiste numa massa de capital que é fruto da fusão ou integração entre o capital bancário e o capital industrial com a predominância do bancário, já que este é o produto maior da fase monopolista ou imperialista do capitalismo no fim do século XIX. (Cf. HILFERDING, 1985) Também Lenin já havia chamado atenção para a natureza expansionista do capital financeiro, típica da fase monopolista. (Cf. LENIN, 2002) Filgueiras propõe uma teorização mais ampla e considera como capital financeiro a fração de capital que se reproduz fundamentalmente na esfera financeira e no âmbito da pseudoacumulação, e que, portanto, pode assumir diversas formas institucionais e atuar em outras atividades econômicas, como as da agricultura, indústria, comércio e serviços. (Cf. FILGUEIRAS, 2006)

Entretanto, pensar a financeirização da economia na atualidade significa partir do que Marx denomina capital fictício, o que não implica necessariamente a intermediação bancária. Hoje predominam no mercado financeiro as instituições financeiras, tais como os fundos de pensão e os fundos mútuos. O processo de financeirização do capitalismo contemporâneo consiste num regime de acumulação capitalista mundial, onde seu desenvolvimento é delineado por um crescimento veloz da esfera financeira e pelo papel destacado das maiores instituições financeiras transnacionais (Cf. CHESNAIS, 1999), que adquire também um caráter excludente e polarizado nacional e internacionalmente.

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...] Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. (LENIN, 2002, p. 62)

É importante frisar que tal dinâmica de acumulação tem se intensificado desde os anos 1980, quando se articulou um projeto de fortalecimento do capital privado, industrial e financeiro, como tentativa de sanar as dificuldades de valorização originadas na esfera produtiva, do qual as políticas de liberalização e desregulamentação das economias foram os meios.

A financeirização capitalista também fez emergir grandes investidores institucionais e organizações não-bancárias, já que os efeitos das políticas de desregulamentação econômica foram desestabilizadores para os sistemas financeiros e bancários nacionais, o que ocasionou uma mudança na função dos bancos, que passaram a atuar no mercado de capitais com atividades especulativas ao mesmo tempo em que diversificaram seus serviços e produtos. Estes grupos são os que atuam organicamente na esfera financeira, ditando sua lógica através do controle e propriedade de instituições financeiras. Também há uma redefinição da relação capital financeiro – capital industrial, com a abertura de capital de inúmeras empresas.

Por meio de suas formas institucionais, os detentores das grandes instituições financeiras subordinam os grupos financeiros menores, os grupos econômicos não

necessariamente financeiros (mas que aplicam seus excedentes na valorização financeira) e o Estado. Pode-se afirmar que todos os grupos econômicos e as frações de capital façam parte da *mundialização financeira*, ou, de outra forma, estão *financeirizados economicamente*.

A intensificação da concorrência nos mercados nacionais e internacionais foi fundamental para a reestruturação dos sistemas bancários nacionais e para a transformação da função de intermediadores financeiros dos bancos, pois a liberalização financeira permitiu a entrada de instituições não bancárias e bancos estrangeiros nos mercados, delineando um novo contexto competitivo, a partir do qual houve aumento expressivo do número de fusões, incorporações, privatizações e liquidações de instituições bancárias, em um movimento de concentração e centralização do capital nas mãos das grandes instituições financeiras.

Pode-se dizer que o Brasil “produz” grupos organicamente vinculados à lógica da financeirização, porém apenas grupos associados de forma subordinada ao capital fictício, que atuam e beneficiam-se por meio da especulação e financiamento da dívida pública, internacionalizando-se e fundindo-se com capital estrangeiro quando necessário, a fim de atuar em outras esferas tanto do mercado interno quanto do mercado externo. Há que se destacar que a burguesia brasileira já nasce historicamente subordinada, daí seu caráter parasitário e golpista - ou não-nacional⁵ - e o projeto de associação com o capital mundializado, que termina por se constituir em servidão econômica e política.

A INSERÇÃO DO BRASIL NA FINANCEIRIZAÇÃO CAPITALISTA

As bases que reestruturaram o sistema financeiro nacional e delinearam a inserção subordinada do Brasil na mundialização do capital durante a década de 1990 são partes de um projeto articulado entre expansão e internacionalização da economia que atravessou os anos 1960, 1970 e 1980, mas que tem sua particularidade histórica na forma de objetivação do capitalismo no Brasil.

Vale resgatar que, na modernização do parque produtivo após a chamada Era Vargas, o país atravessou profundas transformações de cunho econômico, político e social. Contudo, tais mudanças não acarretaram uma independência com relação aos ditames dos países capitalistas hegemônicos, ao contrário, houve um redimensionamento da estrutura sócio-produtiva que reintegrou a subordinação do país na economia do pós-guerra.

Através de sucessivas políticas monetárias e planos de estabilização ocorridos desde o golpe militar de 1964, um modelo de sistema financeiro oligopolizado, privatizado e internacionalizado vem sendo paulatinamente instaurado e reforçado no país. O resultado das bases propostas desde a reforma bancária de 1964 refletiu na década de 1990 a reiteração

⁵ Florestan Fernandes chama atenção para as particularidades históricas que fizeram com que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se desse na *indirect rule*, apontando que desde sua gênese o capitalismo brasileiro nasce de forma dependente e subordinada, o que conjugado com uma burguesia oportunista tal como é a brasileira, fez com que “a dependência e subdesenvolvimento não fossem somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos o capitalismo dependente como realidade econômica e humana”. (FERNANDES, 2006, p. 262).

desse projeto de hegemonia do capital privado transnacional, ao invés de uma simples ruptura potencializada pelas inovações tecno-científicas.⁶

O movimento de aceleração das transformações no sistema financeiro nacional foi intensificado a partir da década de 1990, desde a implantação do Plano Real em 1994, cujas bases remontam ao final do ano de 1993. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização foram os pilares da reestruturação produtiva brasileira e de sua inserção subordinada à dinâmica mundializada do capitalismo.

Servindo aos interesses privados, esta internacionalização da economia nacional trouxe consigo transformações destrutivas para o mundo do trabalho, refletindo violentamente no aumento do desemprego e na concentração da renda. Conforme pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE), no final da década de 1980 o número de bancários chegava a 800 mil, e no final da década de 1990 a menos da metade. (Cf. DIEESE, 2001a) Em 1989, na região metropolitana de São Paulo, havia no total 614.000 trabalhadores desempregados. Em 1992, o contingente de desempregados ultrapassou a casa de um milhão. Uma década depois da primeira estatística mencionada, ou seja, em 1999, os dados do DIEESE já apontavam 1.715.000 desempregados. (DIEESE, 2001b, p.55)

Os anos 1980 (a chamada “década perdida”)⁷ foram marcados pela lucratividade bancária atrelada aos altos índices inflacionários, chamados de *floats*⁸ inflacionários, exceto durante o breve período de pseudoestabilidade inflacionária do Plano Cruzado. O contexto econômico nacional era de instabilidade monetária e as atividades bancárias se concentraram na valorização do capital-dinheiro na esfera financeira. Tal movimento especulativo acirrou ainda mais o distanciamento da função original dos bancos, de intermediadores entre a esfera produtiva e a de circulação, gerando um ciclo de acumulação improdutiva direcionado para a *fantástica fábrica de dinheiro*.

O cenário internacional conformava a expansão da financeirização capitalista, e já durante o governo de Fernando Collor em 1990-92 houve um movimento de abertura comercial e financeira visando associação subordinada da política monetária nacional ao capital transnacional. Contudo, as reformas neoliberais foram levadas a cabo efetivamente durante a década de 1990, quando a pressão dos grandes grupos financeiros resultou na implantação das políticas de liberalização monetária e abertura comercial desenvolvidas pelo Consenso de

⁶ É claro que tais inovações foram fundamentais e ainda influenciam nuclearmente as transformações das estratégias de mercado e de reorganização do mundo do trabalho. Entretanto, é necessário entendê-las numa perspectiva dialética, como ferramentas de um projeto global de expansão do grande capital privado transnacional.

⁷ A década de 1980 passa a ser conhecida como a “década perdida”, contudo esta denominação se refere ao ponto de vista do capital, porque do ponto de vista do trabalho, foram relevantes os ganhos. Apesar de toda a crise dos anos 1980, a Constituição de 1988 conseguiu remover grande parte do autoritarismo, fortalecendo as bases democráticas e os direitos sociais, com relação à saúde, seguridade social e educação, decorrentes das inúmeras resistências da classe dominada: greves, manifestações, campanha pelas “Diretas Já”, etc. São representativos também da década de 1980: o surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980, da Central Única dos Trabalhadores em 1983 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984.

⁸ *Floating* é a receita obtida pelo banco a partir da aplicação dos capitais que permanecem nas contas dos clientes sem movimentação e remuneração.

Washington,⁹ que se objetivaram na desregulamentação trabalhista, privatizações, aumento da concentração de renda, dos níveis de pobreza e da intensificação do trabalho precarizado.

Este foi o pontapé na viabilização dos programas de “estabilização monetária” orientados pelo Consenso de Washington com a desregulamentação do sistema financeiro nacional, que foi levado a cabo com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o Plano Real paulatinamente desde 1993.

Segundo Filgueiras a implantação do Plano ocorreu em três etapas: ajuste fiscal, criação de um padrão monetário estável de intermediação para uma nova unidade contábil, a Unidade Real de Valor (URV), e finalmente a sistematização das regras para a emissão da nova unidade contábil, o Real. O Plano foi anunciado em dezembro de 1993, e a instituição da nova moeda em julho de 1994. O ajuste fiscal, do anúncio do Plano até fevereiro de 1994, era tido como condição fundamental para as demais etapas de estabilização. (Cf. FILGUEIRAS, 2000)

O período de 1994-98 foi marcado por reformas econômicas, administrativas e privatizações. Em relação às de ordem econômica, foram aprovadas as medidas de abertura econômica, com a quebra do monopólio estatal nos setores de petróleo, telecomunicações e energia, todas em nome da livre concorrência e igualdade de condições entre as empresas nacionais e estrangeiras. No que diz respeito às de ordem administrativa, a separação entre as funções ditas de Estado e as restantes, inaugurando um período de terceirização nas diversas áreas sociais, que passaram da responsabilidade estatal para a privada. Com relação às privatizações, o Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo Collor já as havia iniciado cabendo ao governo FHC expandi-las.

Um dos pontos mais relevantes dos oito anos de governo FHC foi a implementação de mudanças substanciais no sistema previdenciário, sob o argumento de que os déficits provocados por ele acabariam por sufocar o Estado. (Cf. PAULANI, 2008) Estas reformas fizeram com que a previdência privada ganhasse relevância e espaço, como complementar à futura aposentadoria. Os fundos de pensão foram os maiores beneficiados neste processo, sendo beneficiados pelos juros altos. São eles que irão se tornar os grandes investidores de ações na década de 2000 e, contraditoriamente, vão impulsionar o processo de intensificação da precarização do trabalho, bem como auxiliar o aumento do exército industrial de reserva.

A perversidade desse comportamento é parte das contradições inerentes a um sistema que vê diminuir o capital produtivo (que gera renda real) enquanto engorda o capital financeiro (que extrai renda real do sistema e incha ficticiamente nos mercados secundários, exigindo ainda mais renda). (PAULANI, 2008, p.99)

Mesmo que já perversa, a mudança efetivada por FHC ainda foi parcial, porque atingiu apenas trabalhadores do setor privado. É com o governo Lula que as mudanças se estendem para o funcionalismo público, quando a promoção destas transformações converte

⁹ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países latino-americanos, cujo ideário era essencialmente neoliberal. Às conclusões dessa reunião é que se daria a denominação informal de “Consenso de Washington”.

o mercado previdenciário num “produto” interessante e cobiçado pelos sistemas financeiros nacional e internacional.

O governo Lula ainda iniciou o processo de reforma sindical, sinalizou em direção das reformas trabalhistas e aprovou a lei de falências e a lei das parcerias público-privadas (PPP). Deste modo, corroborou com uma nova fase de privatizações, e acelerou o processo de abertura financeira:

Os governos Cardoso e Lula propiciaram ao capital financeiro o montante de mais de R\$ 1 trilhão em juros da dívida pública, o que correspondeu, em média, a 8% e 8,2% do PIB no segundo governo Cardoso e no governo Lula, respectivamente. No período 1995-2006, os superávits primários acumulados foram de R\$ 489,8 bilhões e a dívida pública total aumentou em mais de R\$ 900 bilhões. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 107)

Torna-se evidente que o governo Lula trabalha numa política de continuidade com relação à gestão FHC. Apóia-se no ideário neoliberal, dando suporte ao processo de financeirização. Como afirma Paulani (2008), para além da dependência, estamos em um processo de servidão ao receituário econômico internacional.

OS IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO BANCÁRIO

As medidas de ajuste monetário do Plano Real desencadearam uma dinâmica de reorganização do setor bancário brasileiro, já que o controle da inflação e a entrada dos grupos internacionais mudaram as estratégias de rentabilidade das instituições bancárias. Nos períodos anteriores, caracterizados pelos *floats* inflacionários, os lucros bancários estavam ancorados na valorização dos ativos financeiros, o que prejudicou relativamente a receita dos bancos nos primórdios do Plano Real.

Apesar do abalo na rentabilidade dos bancos por meio da redução dos lucros inflacionários, não houve uma queda abrupta da rentabilidade do setor, já que a compensação realizou-se via intensificação do trabalho, aumento da produtividade e substituição da receita inflacionária pela receita de serviços e tarifas bancárias. Segundo Corazza a receita de serviços e tarifas praticamente duplicou a de ganhos inflacionários nos anos seguintes ao Plano, passando de 8% em 1990 para 10,5% em 1993 e para 21,5% em 1995. (Cf. CORAZZA, 2000, p.15)

Devido à modificação do mecanismo de rentabilidade dos bancos, o Banco Central encampou a reestruturação do sistema financeiro do Brasil com medidas relativas ao número de empresas, englobando falências, fusões, incorporações e privatizações, e nesta modalidade considerou os ajustes de dois tipos, os não-voluntários (referindo-se aos 40 bancos que sofreram intervenção do BACEN, incluindo os bancos Econômico, Bamerindus e Nacional) e voluntários (ocorridos, principalmente, no segmento de bancos médios e a partir de iniciativas de fusões, aquisições e incorporações dos próprios bancos). (Cf. SEGNINI, 1999)

Em meio aos ajustes “voluntários”, vale destacar as observações de Minella sobre a articulação entre os interesses da burguesia financeira e a política monetária nacional, evidente nas medidas de preservação da lucratividade do setor, como mecanismos de socorro ao sistema e de subsídios para fusão e incorporação de bancos; desregulamentação do sistema financeiro;

manutenção de altas taxas de juros; liberação de tarifas bancárias; redução da carga tributária sobre os bancos; fundos de investimento com alta rentabilidade, dentre outras. (Cf. MINELLA, 1998) Tais medidas garantiram a rentabilidade do setor no novo cenário de estabilização monetária e as instituições financeiras expandiram suas fontes de rentabilidade, ancoradas agora nas altas taxas de juros e na criação das tarifas bancárias para a prestação dos serviços.

A crise e a reestruturação bancárias originadas pelo Plano Real conformaram um sistema bancário concentrado e internacionalizado, e que não conta com a melhoria dos serviços e redução de custos na mesma proporção. Pelo contrário, o que se percebe é um sistema privado pautado em padrões de lucros fáceis e que repassa os custos para o trabalhador bancário e para o cliente-usuário, que também “trabalha de graça” para a instituição financeira quando realiza os auto-atendimentos.

É importante salientar o papel fundamental que os bancos nacionais ocupavam no financiamento da esfera produtiva para vislumbrar os efeitos destrutivos para qualquer possibilidade de desenvolvimento autônomo e para o concreto aumento do número de empregos. Desta forma, se torna evidente a disposição do governo brasileiro em servir aos interesses especulativos do capital privado sob a égide da financeirização.

Neste contexto, uma série de ajustes organizacionais foi necessária para acompanhar os programas de estabilização, principalmente durante a década de 1990. Tais mudanças organizacionais promoveram a racionalização do processo de trabalho bancário com a adoção das técnicas de gerenciamento “modernas”, formando um modelo híbrido de práticas tayloristas-fordistas-toyotistas de organização do trabalho.

A concepção dos novos produtos bancários, a automatização e informatização dos serviços, os programas de qualificação e a segmentação do atendimento se tornaram as chaves do que Rodrigues chamou de “ajustes para dentro e ajustes para fora”. (Cf. RODRIGUES, 1999) Os ajustes para dentro compreenderam todos os processos de redução de custos operacionais com a implantação de programas de informática e automatização, e os ajustes para fora foram novas estratégias de mercado, o desenvolvimento dos novos produtos e serviços bancários, e a mudança do perfil do cliente.

A tecnologia microeletrônica possibilitou o desenvolvimento da automatização, e o atendimento tradicional das agências foi adaptado às novas necessidades e focos de rentabilidade. A lógica da competitividade entre as instituições mudou o foco das atividades bancárias do administrativo para o comercial no início dos anos 1990, com o surgimento dos caixas automáticos, do *telemarketing* e do *home banking*.

O *layout* das agências também se transformou, traduzindo-se num modelo de espaços físicos sinalizados e ambientados para os determinados segmentos de atendimento ao cliente. A área de auto-atendimento passou a se constituir de um *front lobby*, separada da agência e planejada para inibir a entrada de clientes que não façam parte do segmento alvo. No período de 1994-1996 houve um crescimento de mais de 100% na disponibilidade de equipamentos de auto-atendimento nas agências e também fora delas. Em 1994 havia 25.395 equipamentos no interior das agências e 6.069 nos espaços alternativos às agências, ao passo que em 1996 os números eram de 57.879 e 10.158, respectivamente. (Cf. FEBRABAN, 1995 e 1997)

As mudanças realizadas para as áreas de auto-atendimento também foram reproduzidas no setor de atendimento telefônico com a criação de plantas de *call center* e no meio eletrônico paulatinamente. A realização de transações por conexão eletrônica direta, *home e office banking*, o *telemarketing* e as atividades de apoio e suporte à instalação dos programas eletrônicos - *help desk*- cresceram na segunda metade dos anos 1990 e em 1996 o atendimento viabilizado pela introdução das transações via microcomputador já atendia a 1,4 milhões de clientes em todo o Brasil. (Cf. FEBRABAN, 1997)

A tecnologia utilizada com o fim de reduzir custos a partir do auto-atendimento do cliente não só reduziu postos de trabalho e ampliou os espaços dedicados às atividades comerciais, como também transformou o perfil do cliente. Na medida em que foram relativamente forçados a se auto-atenderem, os clientes contribuíram também para o aumento dos lucros e para a acumulação dos bancos, pois passaram a “trabalhar de graça” para as instituições bancárias. (Cf. BATISTA, 2007)¹⁰

As reconfigurações no *layout* e auto-atendimento possibilitaram o atendimento segmentado dos clientes no interior das agências. Se o cliente consegue driblar a triagem das salas de auto-atendimento, dentro da agência também será direcionado para o “setor responsável” de acordo com o segmento do qual faça parte. O critério de segmentação vai além do de mercado (poupança, investimento, depósito, crédito, etc), englobando principalmente a renda da clientela. (Cf. BATISTA, 2007)

Como parte dos “ajustes para fora”, este tratamento diferenciado do cliente permitiu que o atendimento pessoal se tornasse direcionado para os clientes que de fato possuíssem potencial de consumo e investimento, o que veio ao encontro da estratégia de desafogar o espaço dentro das agências para este fim. Aos clientes de baixo potencial foram reservadas as salas de auto-atendimento viabilizando o espaço e tempo dos funcionários para o gerenciamento das carteiras específicas de cada segmento, para o aumento das “vendas casadas”¹¹ e controle dos negócios.

Integrando a segmentação do atendimento também estão o que Grisci e Bessi (2004, p. 185) chamaram de “gestão da intimidade e do anonimato”. A primeira está relacionada à clientela de maior poder de consumo, com quem o banco desenvolve os maiores volumes de negócios, cujo atendimento dispensado deve ser personalizado. Para tal, conhecer o maior número de informações referentes aos hábitos e intimidades do cliente e ultrapassar a relação profissional, ou seja, tornar-se “amigo” do cliente, possibilita a venda de produtos específicos e aumenta a capacidade das “vendas casadas”.

A gestão do anonimato é o gerenciamento dos clientes com médio e baixo poder de consumo, ou seja, aqueles que utilizam alguns serviços de crédito ou investimento regularmente, porém em baixo volume financeiro, cujo atendimento dispensado pode ser virtual. Os recursos

¹⁰ Ver em especial a Parte III “O discurso gerencial no Banco do Brasil”, capítulo I “O trabalho bancário e o Banco do Brasil”, p. 104-120.

¹¹ “Venda casada” é quando o cliente procura o banco com um fim específico, quando ele depende do banco, como aumentar o valor do limite do cheque especial ou requerer crédito. A jogada consiste em “casar” o produto que o cliente necessita com o que a carteira precisa vender para cumprir a meta daquele período. Por exemplo, o cliente procura crédito para adquirir um carro e é “sugestionado” a comprar um seguro de automóvel.

de tecnologia permitem que este segmento seja monitorado em número ilimitado sem necessitar do acesso direto e pessoal no espaço das agências.

Vale ressaltar que esta reestruturação do espaço e atendimento nas agências fez emergir a figura do “bancário-temporário”, funcionário contratado via uma agência de empregos e locado, geralmente, nas funções de apoio aos clientes nas salas de auto-atendimento ou arquivos, e que recebem salários menores, sem benefício algum, e são dispensados ao término do contrato. Nesta mesma lógica, são recrutados estagiários e menores aprendizes por convênio entre os bancos e centros como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), o que evidencia a intensificação da precarização do trabalho e a exploração dos jovens trabalhadores. (Cf. BATISTA, 2007)

A concorrência entre as instituições bancárias se acirrou, e praticamente todas oferecem os mesmos serviços e cobram valores semelhantes pela sua realização. As atividades e produtos bancários se diversificaram concomitante à mudança de perfil das agências que, além de segmentar o atendimento ao público passaram a atuar como postos de vendas dos grupos financeiros. Os produtos bancários são oferecidos no intuito de criar e fortalecer os vínculos de dependência entre o cliente e o banco, para garantir a *fidelização* do cliente. (Cf. BATISTA, 2007)

A ênfase na multifuncionalidade do trabalhador bancário apareceu concomitante à implantação dos sistemas microeletrônicos, o que possibilitou acesso aos mesmos dados por mais de um funcionário simultaneamente. Entretanto, talvez seja mais apropriado caracterizar este aspecto sob a natureza do *trabalho pluriespecializado* ao invés de multifuncional, conforme aponta Friedman.¹²

A administração científica do trabalho no setor bancário adquiriu sentido específico em termos de qualificação. Houve uma valorização dos trabalhadores do setor comercial, que adquiriram *status* de “qualificados” e cujo desempenho das funções, teoricamente, necessita de iniciativa e conhecimento do processo como um todo, enquanto os responsáveis pelos setores administrativos foram estigmatizados com a “semi-qualificação”, desempenhando as tarefas especializadas e operacionais.

Estudos como o de Larangeira (1997) indicam o aumento do número de programas de qualificação e do investimento em aperfeiçoamento, que revelam um crescimento do nível de escolaridade da categoria, apontando na direção de uma maior qualificação do trabalhador bancário, o que supostamente, ampliaria o grau de autonomia dos bancários para sua emancipação. Dados da FEBRABAN também indicam elevação quanto ao percentual de bancários com curso superior ou pós-graduação (mestrado e doutorado) no período de 1994 a 1996. Em 1994 o percentual era de 28,6% e em 1996 de 34,5%. (Cf. FEBRABAN, 1995 e 1996)

¹² As observações de Friedmann diferenciam *trabalho pluriespecializado* e *trabalho polivalente*. Segundo o autor, a pluriespecialização seria típica do trabalhador semi-especializado, que em virtude da fragmentação e da variabilidade do mercado converteu-se no *utility man*, ou seja, o trabalhador que desenvolve qualificações particulares a fim de substituir outros postos quando houver necessidade, sem, contudo, gerar um trabalhador polivalente no sentido de uma função que sintetize todas as qualificações necessárias para o exercício do conjunto do processo. Ver FRIEDMANN (1972).

Contudo, pesquisas como a de Batista indicam um aspecto que questiona esta qualificação em termos qualitativos e do conteúdo do trabalho, aproximando-se do que Segnini caracteriza como um “fetichismo da qualificação mais elevada dos bancários”. (Cf. BATISTA, 2007 e SEGNINI, 1999, p.196) O aumento do nível de escolaridade da categoria não deve ser analisado isolada e quantitativamente, e sim considerado num plano mais amplo de reestruturação dos bancos no bojo da financeirização.

Como pode ser observado nos depoimentos de bancários do Banco do Brasil no estudo realizado por Batista, a análise da prática efetiva de trabalho não confirma que a elevação da escolaridade foi fruto de uma exigência do conteúdo do trabalho bancário. Há ainda muitas funções, inclusive gerenciais, que contam com os aspectos repetitivos típicos da gestão taylorista-fordista, sem contar o processo de desemprego inerente à acumulação do capital, que faz com que cada vez mais os bancários escolarizados permaneçam empregados, enquanto outros, com menor escolaridade, são excluídos do mercado de trabalho bancário. A necessidade do “diploma” é relativa, visto que adquire muito mais um caráter elitizador do posto de trabalho ocupado do que mediador do conhecimento para a realização da atividade.

Dessa forma, a afirmação de Larangeira de que “a exigência de curso superior para os trabalhadores bancários é cada vez mais requerida para o desempenho do conteúdo do trabalho” é relativa e talvez se verifique apenas em altos postos de direção ou em cargos de teor estritamente técnico, pois o aumento na escolaridade do trabalhador bancário parece estar muito mais atrelado ao que Segnini chamou de “nova qualificação na ótica dos bancos”. (Cf. SEGNINI, 1999 e LARANJEIRA, 1997, p. 123)

A autora desenvolve a idéia de que a qualificação do bancário na ótica dos bancos está expressa na capacidade de adequação do trabalhador à competitividade, tanto entre colegas na busca por um diferencial de desempenho, quanto para as atividades comerciais de venda de produtos e serviços bancários. A “nova qualificação” seria “a disposição para ser competitivo, ser “amável”, “equilibrado”, ser capaz de “se adaptar às novas situações”, ter “comportamento social adequado” [...] um conjunto de processos sociais, econômicos e culturais que é mobilizado na construção da socialização “para mercado”. (SEGNINI, 1999, p. 198)

O resultado da reorganização do setor bancário sob os ditames da financeirização foi a intensificação do trabalho e a alta produtividade com ênfase no atendimento ao cliente, com maiores áreas físicas reservadas para o atendimento e criação de postos de trabalho vinculados ao mercado financeiro, com funcionários especializados no controle e coordenação das atividades de vendas (gerente de negócios, de operações, de produtos, etc), acirrando a rivalidade já existente entre os trabalhadores “qualificados” e os “semi-qualificados”.

Este conjunto de ajustes permitiu às instituições enxugar os custos com força de trabalho e otimizar processos – *lean production* - reduzindo níveis hierárquicos, implantando programas de qualidade total, de qualificação, flexibilizando as relações de trabalho e lançando mão dos trabalhadores terceirizados, além da desvalorização de antigas funções de “retaguarda” (digitadores, conferentes, etc.), então eliminadas ou realizadas pela figura do bancário-vendedor pluriespecializado.

Toda esta reestruturação no setor bancário alicerça e sofre dialeticamente os impactos do processo de reestruturação do setor empresarial brasileiro, que adentra ao modo predominante de acumulação capitalista da atualidade na sua forma financeira.

OS IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO

Para compreendermos o movimento dialético que engendra as transformações ocorridas no setor produtivo na atualidade é preciso retomar alguns pontos do contexto histórico do último quartel do século XX, tal como o fato de que a partir da crise de 1973, as corporações se propuseram a procurar soluções para a sua capacidade excedente inutilizável para terem condições de competitividade.¹³

Para Marx e Engels (2002), o capitalismo traz em si, tendencialmente, o germe de sua própria destruição, algo que aparece claramente em suas crises periódicas, inerentes ao sistema.¹⁴ Segundo Grespan, o capital realiza uma *autocrítica* ao desnudar sua dimensão negativa. “Se o capital é valor que se valoriza, os momentos em que ele desvaloriza o valor existente de maneira inevitável, comprometendo assim a base de seu crescimento, são momentos em que ele mesmo se contradiz, negando as condições de sua existência”. (GRESPLAN, 2008, p.57)

Em suas análises de crises, Marx toma como pressuposto o fato de que o real sentido da produção capitalista não é o consumo, muito menos a supressão de necessidades, mas a acumulação capitalista. (Cf. ROMERO, 2009) Para que haja a valorização do valor é preciso que o capitalista se aproprie do maior tempo de trabalho excedente possível, seja pela extração da mais-valia absoluta, com a extensão da jornada de trabalho, seja pela extração da mais-valia relativa, pela intensificação do trabalho através do desenvolvimento da força produtiva – a tentativa é de conseguir ambas. Neste sentido, produz sem considerar os limites do mercado, demonstrando sua natureza anárquica e incontrolável.

Um dos elementos mais centrais para a neutralização da tendência decrescente da taxa de lucro é a concorrência, que pode, por exemplo, fazer com que se reduza o salário do trabalhador abaixo do valor da força de trabalho, diminuindo o tempo de trabalho necessário e aumentando o tempo de trabalho excedente. Também a concorrência pode levar ao barateamento dos elementos que formam o capital constante, dando menos peso ao seu valor no cálculo da taxa de lucro. Adicionado a isto, o desenvolvimento do capitalismo traz consigo o fenômeno da crescente superpopulação relativa (desemprego), e a sua abundância leva ao barateamento dos salários, elevando a massa de mais-valia do capital total.

No contexto histórico vivenciado por Marx, o comércio exterior era uma alternativa, através até mesmo do colonialismo, como um processo de internacionalização. Hoje ocorre a mundialização do capital, que barateia enormemente os elementos do capital constante e também do capital variável (dado o baixo valor dos meios de subsistência em países periféricos),

¹³ É possível ler mais sobre o tema em MORAES (2007).

¹⁴ É importante esclarecer que não se trata de uma questão determinista, em toda a obra de Marx está claro que há uma relação dialética entre objetividade e subjetividade, ou seja, as condições históricas materiais têm grande relevância para o modo como os sujeitos agem, mas isto não significa que a objetividade se impõe sobre os sujeitos mecanicamente.

elevando assim a taxa de lucro.¹⁵ “A taxa de lucro não diminui porque o trabalho se torna mais improdutivo, mas porque se faz mais produtivo. Ambas, a alta da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro, são simplesmente formas especiais em que a crescente produtividade do trabalho se manifesta sob o capitalismo”. (MARX, 1984, p.98)

Há ainda, como recurso na busca pela neutralização da queda da taxa de lucro, o investimento em capital acionário no lugar do processo produtivo, como tentativa de um novo tipo de valorização, cujas taxas de juros parecem (temporariamente) ser mais compensadoras que os investimentos na produção. Este último elemento é que ganha proporções desmedidas após a crise dos anos 1970, principalmente a partir dos anos 1990, acarretando em um processo crescente de financeirização da economia, que demonstramos anteriormente.

Tornou-se evidente que há uma inter-relação necessária entre as fases de produção e circulação capitalistas, mas que, entretanto, não é possível negar que a forma financeira do capital ganhou papel central na economia, em especial nas últimas duas décadas. Deste modo, acreditamos que ocorre uma “autonomia relativa” da esfera financeira com relação à esfera produtiva.

[...] “autônoma” porque ela tem a capacidade de se autogovernar, de exercer seu poder econômico e político, fazendo-os prevalecer, ela tem um grau de liberdade, de independência; ao mesmo tempo, é “relativa” em razão do fato, dialético por si mesmo, que está subordinada ao valor-trabalho, ao capital produtivo, fonte da riqueza no capitalismo. Então sua autonomia não é absoluta, o que significa dizer que aceitar um movimento diferenciado no capitalismo contemporâneo, onde o capital fictício desempenha sua função central, não anuncia uma “separação” dos dois circuitos do capital (produtivo e financeiro). (SABADINI, 2009, p.1)

O processo de privatização intensificado com a implementação do projeto ideopolítico neoliberal acarretou em abertura de capital em diversas empresas. Com isso, houve uma mudança no papel da gerência empresarial. A partir de então a produção de mais-valia deveria corresponder às metas impostas por seus acionistas. Isto as obrigou a intensificar o processo de racionalização e controle do trabalho, com inovações tecnológicas e organizacionais, ou seja, organizar uma *reestruturação produtiva* nas empresas. Neste momento é que, segundo Harvey (2006), surge o modelo de *acumulação flexível*. Harvey justifica a utilização do termo *acumulação flexível* para se contrapor à rigidez do fordismo, afirmando que esse novo período se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos, dos salários e dos padrões de consumo.

É possível perceber que ao mesmo tempo em que as crises trazem à luz as contradições do modo de produção capitalista, criam as condições para sua reanimação e um novo ciclo,

¹⁵ É preciso diferenciar taxa de mais-valia de taxa de lucro. Lucro e mais-valia, de certa forma, se equivalem, entretanto, taxa de lucro e taxa de mais-valia são diversas. A taxa de lucro corresponde a $\frac{m}{c+v}$, ou seja, mais-valia sobre capital constante mais capital variável; enquanto taxa de mais-valia é mais-valia sobre capital variável apenas, ou seja, $\frac{m}{v}$. “A razão que existe entre a mais-valia e o capital variável é a taxa de mais-valia, e a que existe entre a mais-valia e a totalidade do capital [capital variável mais capital constante] é a taxa de lucro” (Marx, 1984, p. 34). Por isso podemos dizer que a elevação da composição orgânica do capital, ou seja, do capital constante, relativamente ao capital variável (força-de-trabalho) leva, tendencialmente, à queda da taxa de lucro.

ou seja, o próprio sistema reage à queda tendencial da taxa de lucro e a lei do valor se impõe novamente contra essa queda. Dessa forma é que a reestruturação produtiva se coloca como uma das principais soluções.

[...] o sucesso de tal modelo [toyotista] – que se pretende inovador em relação ao taylorismo-fordismo – deve-se, principalmente, ao fato de ter adotado a base tecnológica em combinação com a organização do trabalho em equipe, com a produção integrada (identidade de interesses entre as montadoras e os fornecedores de peças e componentes) e com o aprendizado. Trata-se aqui do aprendizado obtido pela generalização das experiências acumuladas na produção (saber tácito), pela rotação de postos, pelo alargamento das tarefas, pela constituição de equipes semi-autônomas, pela redução dos níveis hierárquicos. É um modelo adequado ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. (HELOANI, 2003, p. 120)

No Brasil, a configuração ideopolítica neoliberal se inicia no governo de Fernando Collor de Mello em 1989, mas a exacerbação desse projeto ocorreu com Fernando Henrique Cardoso a partir de 1994, que levou a inflação a zero. Contudo, tal configuração intensificou enormemente o processo de privatização das empresas nacionais estatais, seguidas de profunda reestruturação produtiva.

As empresas privatizadas puderam se reestruturar sem qualquer impedimento político quanto a preços e cortes de linhas de produção e trabalhadores. É quase desnecessário afirmar o quanto todo esse processo afetou as relações de trabalho, alicerçadas em reformas do governo FHC: houve flexibilização dos contratos de trabalho, redução do custo da força de trabalho, diminuição da abrangência da legislação trabalhista e do poder sindical, quase todas através de Medidas Provisórias.

A sociedade brasileira conserva desigualdades históricas [...]. As mudanças apresentadas pelo neoliberalismo, entretanto, e apresentadas como sendo progressistas, propiciadoras do desenvolvimento, contribuem, na verdade, para reforçar a paisagem histórica das desigualdades, o quadro de uma sociedade injusta. Elas não visam de forma alguma alterar as estruturas arcaicas que herdamos. Pelo contrário, com alterações formais, contribuem de maneira acentuada para reforçar a referida estrutura. (SODRÉ, 1996, p.24)

A eleição de Lula em 2002 apontava, para muitos eleitores, em direção à desmontagem da fase neoliberal. No entanto, apenas um ano e meio depois o PT mostrava sua verdadeira face, a da política de continuidade, e, ao contrário do esperado, não houve uma profunda mudança política econômica (que fosse de encontro aos interesses do FMI), não ocorreu contenção do fluxo de capitais para o sistema financeiro internacional, não houve um combate acertado contra os transgênicos, e tampouco um programa efetivo para desmontar a miséria brasileira. Com sua política econômica de cariz neoliberal, entre os anos de 2003 e 2004, ocorreu um aumento de dois milhões de desempregados e ampliou em quase 60% o contingente de trabalhadores na informalidade. (Cf. ANTUNES, 2006, p.67)

É interessante destacar o papel dos fundos de pensão neste processo de reestruturação produtiva e acionária nas empresas. O processo de desregulamentação a abertura de capitais, sob a defesa do livre mercado, levaram a que uma grande parte das poupanças das famílias se revertesse em fundos de aplicação financeira, em especial em fundos de pensão. Os fundos de pensão nascem do intuito dos assalariados assegurarem, depois de aposentados, uma pensão

regular e estável. Para tanto, acumulam contribuições calculadas sobre os salários e vencimentos, durante muitas décadas de trabalho árduo, em instituições que centralizam uma forma de poupança através de regimes privados de previdência de empresas.

Chesnais esclarece que há outras maneiras de assegurar a previdência desses trabalhadores, que não a aplicação financeira. “A escolha em favor desses sistemas foi e é mais do que nunca uma escolha política, escolha em favor dos mercados financeiros [...]”. (CHESNAIS, 2005, p. 51) Lembrando que os fundos de pensão passam a alcançar o topo no rol das instituições financeiras não bancárias na década de 1990.

Receptáculos privilegiados da poupança financeira dos assalariados das grandes empresas e das famílias afortunadas ao longo dos anos 80-90, num contexto de aumento crescente das desigualdades de renda, os fundos de pensão e os *mutual funds* surgiram como os principais atores dos mercados financeiros, transformando a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados. Tornando-se os principais acionistas de empresas, mas também seus principais emprestadores, assim como dos Estados, puderam reivindicar um duplo poder, de “proprietário” e de credor, e fazer novas exigências. (SAUVIAT, 2005, p.109-110)

A partir dos anos 1980, ocorreu um aumento do poder efetivo dos proprietários-acionistas, que despenderam energia e meios jurídicos a fim de subordinar os administradores-industriais, conseguindo com que eles interiorizassem as prioridades e os códigos de conduta nascidos do poder do mercado bursátil.¹⁶ Somado a isto estava a possibilidade de seus acionistas “minoritários” (fundos de pensão e de aplicação) se desfazerem de suas ações se o desempenho da empresa não correspondesse à sua expectativa de rendimento.

Como delegados dos proprietários-acionistas e a fim de responder a suas demandas de rendimentos, os administradores dos fundos de pensão e de aplicação financeira devem obter, das empresas das quais são os acionistas ‘minoritários’, níveis de rendimentos estáveis muito elevados. (CHESNAIS, 2005, p.54)

Nasceram “novos administradores” nesse processo de desenvolvimento da predominância do capital fictício. Esses novos administradores se submetem à retórica neoliberal e conhecem os segredos da *corporate governance* (governança corporativa). O administrador-financeiro molda-se aos contornos dados pela finança e abusa da sua “virtualidade”. “Aliás, sua sensibilidade [dos administradores-financeiros] ao desempenho da Bolsa se desenvolveu à medida que uma parte crescente de sua remuneração passou a depender dela [...]”. (SAUVIAT, 2005, p.124)

A primazia do poder dos investidores institucionais vai além do fato de poderem se livrar de todo o compromisso financeiro que têm para com determinada empresa da noite para o dia. Eles detêm um poder mais amplo e difuso, qual seja, o de avaliar publicamente as empresas com a ajuda de métodos e de instrumentos padronizados, sobrepondo o poder do acionista a qualquer outro interesse. Qual o papel do dirigente da empresa? Obedecer, afirma Sauviat, além de conhecer e se atualizar constantemente da linguagem e comunicação financeira. (Cf. SAUVIAT, 2005, p.124)

¹⁶ Mercado bursátil é aquele que está referido a operações na Bolsa de Valores, a atividades especulativas.

Não é coincidência que a “fonte inspiradora” desta prática empresarial mundializada, que tem por objetivo fazer com que os administradores das corporações tenham a obrigação de não só garantir, como potencializar, o capital investido pelos acionistas na companhia, esteja na legislação corporativa americana. Segundo a estudiosa de direito corporativo, Janis Sarra, esta garantia do acionista e obrigação do administrador está prevista no princípio do *melhor interesse da companhia*:

A maneira como a lei corporativa está constituída hoje exige que diretores e empregados justifiquem qualquer ato socialmente responsável com a desculpa ou com o objetivo de maximizar a riqueza dos acionistas [...] A corporação pode ser considerada uma forma de interesse próprio institucionalizada no sentido em que o princípio do melhor-interesse é aquele no qual a riqueza dos acionistas é o paradigma, ignorando todas as outras constitucionalidades. (SARRA apud BAKAN, 2008, p.217)

Com a abertura comercial implementada pelos Estados neoliberais aliado às reestruturações acionárias nas empresas, ficou facilitado ainda mais o processo de internacionalização e transnacionalização das empresas, de modo que os países menos desenvolvidos economicamente servem com mais veemência que antes de fornecedores de força de trabalho barata e flexível, mesmo porque nestes países a legislação tende a ser menos impositiva. “Então se torna possível utilizar técnicas de produção e produtos poluidores e também usar prematuramente a força de trabalho”. (SALAMA, 1999, p.24) E qualquer alternância na lucratividade de determinada empresa pode levar os investidores a venderem suas ações e “apostarem” numa nova empresa em outro continente, num ramo de produção totalmente diverso do anterior.

As fronteiras geopolíticas dos negócios corporativos são ilimitadas graças às inovações tecnológicas nas áreas de comunicação, transportes e informática. As atividades das companhias não estão mais restritas às jurisdições originais, assegurando maior flexibilidade e poder às chamadas *corporações multi e transnacionais*. A contratação de mão-de-obra barata para produção de mercadorias em países pobres, para venda dos mesmos produtos em países ricos, tornou-se um padrão de produção e circulação, o que, ao lado da criação de entidades protetoras dos interesses das organizações corporativas, é fundamental para garantir-lhes a manutenção de seu poder econômico e político sobre os Estados.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1993 para atuar como “reguladora” da economia mundial, impõe “medidas disciplinares” aos países que dificultam estes processos e as atividades de companhias instaladas em seu território, preservando os interesses corporativos a qualquer custo político, econômico ou social. Além dos padrões legais impostos pelas decisões formais da OMC, os canais informais de sua influência também funcionam, de modo que a autocensura entre os países para assegurarem-se de que estão ou não obedecendo às regras, obrigam os Estados a patrocinarem os grupos empresariais.

As grandes vítimas desse processo são, portanto, os assalariados das empresas que estão nas mãos dos proprietários-acionistas, já que é contra eles que se exerce o novo poder administrativo que tem por fim atingir os resultados requeridos.

Nos anos 90, a base material da taxa de rendimento de 15% sobre os fundos próprios foi uma taxa de crescimento dos lucros de 8% a 9%. O rigor salarial e a flexibilização do emprego, assim como o recurso sistemático ao trabalho barato e pouco protegido, por meio da deslocalização e da subcontratação internacional, permitiram esse movimento. (CHESNAIS, 2005, p.55)

Deste modo, redução de custos, reestruturação produtiva, terceirizações, redução salarial e precarização do trabalho vão ao encontro das preferências dos investidores. Essa situação ocasionou o aumento da insegurança no ambiente de trabalho, com a constante ameaça de demissão, deslocalização ou subcontratação dos assalariados. Acarretou também em intensificação de forma de controle do trabalho. “A nova forma de pressão para a criação de valor é igualmente indissociável de uma deformação da partilha do valor agregado em detrimento dos salários”. (SAUVIAT, 2005, p.127)

Contudo, todo este processo é contraditório e passível de crises. A raiz das crises financeiras está nos créditos sobre produção futura e na corrida infinda por resultados por parte dos administradores dos fundos de pensão e de aplicação financeira. Por conta da desintermediação e da concorrência, esses grupos são impelidos a assumir altos riscos, que geralmente resultam em crises simultâneas, em vários mercados, tamanha a liberalização. Essas crises de cariz financeiro rumam de imediato sobre a produção e, invariavelmente, sobre os trabalhadores das respectivas empresas. Nos ditos “países emergentes”, como é o caso do Brasil, a consequências podem ser de larga escala, degradando nossa economia.

O grande dilema é que a intensificação da exploração do trabalho como resposta às crises leva à dificuldade cada vez mais gritante de diminuição do tempo de trabalho necessário em detrimento do excedente. Ou seja, o reforço na composição orgânica do capital tem por consequência maior queda da taxa de lucro, bem como já afirmamos, a autonomia financeira não é senão relativa: não pode existir se não estiver referenciada à produção capitalista. Portanto, a contradição inerente ao capitalismo traz à tona novas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo se preocupou em abordar de que forma o capital dá respostas à crise capitalista. A questão que vem à tona é: há uma resposta possível dos trabalhadores ao incisivo e bárbaro avanço do capital sobre o trabalho?

Conforme apresentado, a crescente financeirização têm esgotado as possibilidades de resposta do capital às suas crises, ou seja, se torna cada vez mais difícil reduzir o tempo de trabalho necessário em detrimento do tempo de trabalho excedente. Dialeticamente, abre-se a possibilidade de os trabalhadores se organizarem na contramão desde processo.

A empresa na forma de sociedade anônima (sociedade por ações) implica em repensar a propriedade privada e a função do capitalista (dada a separação entre propriedade e gestão), como tendencialmente os monopólios e oligarquias podem se fragilizar e a função do capitalista pode se tornar supérflua.

As fábricas cooperativas¹⁷ fornecem a prova de que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto ele mesmo, no auge de seu desenvolvimento, considera supérfluo o latifundiário. Na medida em que o trabalho do capitalista não surge do processo de produção como meramente capitalista, portanto [não] termina por si mesmo com o capital; à medida que não se limita à função de explorar trabalho alheio; à medida que, portanto, decorre do trabalho como trabalho social, da combinação e cooperação de muitos para alcançar um resultado comum, ele é tão independente do capital quanto essa forma mesma de romper o invólucro capitalista. Dizer que esse trabalho, como trabalho capitalista, como função do capitalista, é necessário significa apenas que o vulgo não é capaz de imaginar as formas desenvolvidas no seio do modo de produção capitalista, separadas e libertas de seu caráter capitalista antitético. (MARX, 1984, p.289)

Lukács teoriza a respeito das potencialidades da consciência proletária mediante as crises, de percepção da totalidade e da unidade de classe e de que “somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo”. (LUKÁCS, 2003, p.183) Mészáros aponta para o fato de que a crise econômica traz consigo também uma crise em torno do controle social. Segundo ele, “a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo critério de maior ou menor participação no controle da produção e distribuição”. (MÉSZÁROS, 2009, p.55)

Esta visão de totalidade proporcionada pela crise, que é cada vez mais profunda, vem acarretando a percepção do capital dos seus limites e, mais ainda, percepção dos trabalhadores dos limites do capital. Não é à toa que a idéia de *controle dos trabalhadores* ganha cada vez mais importância no mundo, cujo um dos exemplos mais claros são as mais de 200 fábricas ocupadas por trabalhadores na Argentina.

A história das crises nos deu lições suficientes para termos claro que a crise só tem fim com a derrubada do sistema capitalista, com o fim das classes sociais e a “instituição de uma ordem social alternativa da qual as *antinomias e contradições práticas* do modo de reprodução do capital sejam efetivamente removidas”. (MÉSZÁROS, 2009, p.128)

¹⁷ Aqui Marx está se referindo às cooperativas, mas também às empresas por ações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas: Autores Associados, 2006.

BAKAN, J. *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BATISTA, E. *A fantástica fábrica de dinheiro na trilha do empowerment: o discurso gerencial do Banco do Brasil*. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2007.

CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. O capital produtor de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CORAZZA, G. *Crise e reestruturação bancária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Disponível em: <www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2006.

DIEESE. *Setor financeiro: conjuntura, resultados, remuneração e emprego*. Linha Bancários. São Paulo, 2001a.

_____. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2001b.

FEBRABAN. *Balanço social dos bancos*. 1994. São Paulo, 1995.

_____. *Balanço social dos bancos*. 1995. São Paulo, 1996.

_____. *Balanço social dos bancos*. 1996. São Paulo, 1997.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRESPLAN, J. *Marx*. São Paulo: PubliFolha, 2008.

GRISCI, C. L. I.; BESSI, V. G. Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. *Revista Sociologia*, Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 160-200, jul./dez. 2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2006.

HELOANI, R. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LARANGEIRA, S. M. G. Reestruturação do setor bancário: a realidade dos anos 90. *Educação e Sociedade*, São Paulo, ano XVIII, n. 61, p. 110-138, dez. 1997.

LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2002.

- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. livro III, v. 1.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MINELLA, A. Elites financeiras, sistema financeiro e governo FHC. In: RAMPINELLI, W.; OURIQUES, N. (Org.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1998.
- MORAES, L. C. G. *O capital ganha asas: reestruturação produtiva no setor aeroespacial brasileiro: o caso da EMBRAER*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2007.
- PAULANI, L. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RODRIGUES, A. *O emprego bancário no Brasil e a dinâmica setorial (1990 a 1997)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.
- ROMERO, D. (Org.) *Marx: sobre as crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Sundermann, 2009.
- SABADINI, M. S. *Capital fictício e efeitos sobre o mundo do trabalho*. 2009. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/25_6_2009_15_19_16.pdf>. Acesso em: 23 set. 2009.
- SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SEGNINI, L. Reestruturação nos Bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. In: *Educação e Sociedade*, São Paulo, ano 20, n. 67, p. 183-209, ago. 1999.
- SODRÉ, N. W. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

Recebido em 2 de dezembro de 2011

Aprovado em 24 de abril de 2012